

**AÇOS VILLARES**
SIDENORJUCESP PROTOCOLO
601497/05-3

JUA. 5501/05

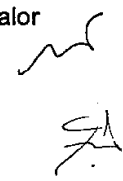
20 07 05

AÇOS VILLARES S.A.
C.N.P.J. N.º 60.664.810/0001-74
NIRE N.º 35.3.0001089.2**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DE AÇOS VILLARES S.A., REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2005**

Aos 21 dias do mês de julho de 2005, às 14:00 horas, reuniram-se em sessão extraordinária, por vídeo-conferência, na forma do artigo 15, § 2º do Estatuto Social, na sede social da Companhia, localizada na Av. Maria Coelho Aguiar nº 215, Bloco A, 5º andar, parte, em São Paulo, SP, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, sendo a reunião presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. José María Montero Oliden, e secretariada por mim, Deise Martins da Silva. Esclareceu o Senhor Presidente que, nos termos previstos na alínea (f)(ii) do artigo 17 do Estatuto Social, a reunião tinha por finalidade discutir, aprovar e então submeter à apreciação pela Assembléia Geral a proposta de operação de emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), em série única, da espécie quirografária pela Companhia no valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), nos termos e condições que constarão da Escritura de Emissão de Debêntures ("Emissão"), que será a Sétima Emissão de Debêntures da Companhia. Colocada a matéria em discussão, a Emissão foi aprovada, sem qualquer ressalva, pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração, da seguinte maneira: Foi aprovada a Emissão, para distribuição pública em conformidade com a Instrução CVM 400/03, em regime de garantia firme de colocação, sujeita a registro perante a CVM, com as seguintes características básicas: (1) valor total da emissão - R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), na Data da Emissão (conforme definida abaixo); (2) quantidade de debêntures - 28.500 (vinte e oito mil e quinhentas) Debêntures. (3) valor nominal unitário - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definida abaixo). (4) número de séries - a emissão será realizada em uma única série. (5) conversibilidade, forma e tipo - as Debêntures



não serão conversíveis em ações da Companhia, serão simples, nominativas, escriturais, sem emissão de certificados de Debêntures pela Companhia. (6) espécie - as Debêntures são da espécie quirografária. (7) Data da Emissão - para todos os efeitos legais, a data da Emissão será 1º de setembro de 2005 ("Data da Emissão"). (8) prazo e data de vencimento - 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de setembro de 2010 ("Data de Vencimento"). (9) distribuição - as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. (10) forma de subscrição e integralização - as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. (11) negociação - as Debêntures serão negociadas, no mercado secundário, por meio (a) do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou (b) do Sistema de Negociação BOVESPA FIX ou SOMAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, sendo em ambos os casos os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. (12) amortização - o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas trimestrais a partir do 39º (trigésimo nono) mês contado da Data de Emissão. (13) remuneração das debêntures - sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalente a um percentual (a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos coordenadores da emissão por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado e a Remuneração divulgada nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, que será ratificada pelo Conselho de Administração), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Valor

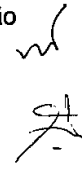




Econômico", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo que a última data de pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento. (14) repactuação - sem prejuízo do disposto na Escritura da Emissão, não haverá repactuação das Debêntures. (15) resgate antecipado facultativo - a Companhia poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, a partir do 39º mês contado da Data de Emissão ("Data de Início do Período de Amortização"), a cada data de pagamento de juros e principal ("Data de Exercício do Resgate Antecipado"), nos termos da competente deliberação de seu Conselho de Administração e mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da Data de Exercício do Resgate Antecipado, e que deverá constar, necessariamente, a respectiva Data de Exercício do Resgate Antecipado. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial mediante o pagamento do (i) número de Debêntures objeto do resgate multiplicado pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na data de exercício do resgate antecipado; (ii) acréscido do valor da Remuneração devida até a data de exercício do resgate antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; e (iii) acréscido de um prêmio de resgate, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na data de exercício do resgate antecipado, correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos de um por cento) multiplicado pelo número de dias úteis entre a respectiva Data de Exercício do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento dividido pelo número de dias úteis contados da Data de Início do Período da Amortização até a Data de Vencimento. (16) aquisição facultativa - A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais



Debêntures em circulação. **(17)** encargos moratórios - ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento), (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* e linearmente, e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia. **(18)** prorrogação dos prazos - considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura da Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional ou feriado na Cidade de São Paulo, sábado ou domingo. **(19)** local de pagamento - os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a)(i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (a)(ii) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX ou SOMA FIX ou, (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, pelo banco mandatário, mediante depósito em contas correntes indicadas pelos debenturistas. **(20)** eventos de vencimento antecipado - a Escritura da Emissão disporá acerca dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures e os respectivos procedimentos envolvidos. **(21)** obrigações adicionais da Companhia e demais termos e condições das Debêntures - a Escritura da Emissão disporá acerca das obrigações adicionais da Companhia bem como de outros termos e condições das Debêntures. Foi também aprovada a autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários com o objetivo de promover o registro da Emissão perante a CVM e demais órgãos competentes, bem como a praticar os demais atos necessários ou convenientes à Emissão ora aprovada e que sejam de competência do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral, tais como (a) negociar os demais termos e condições da Emissão; (b) lavrar e celebrar a Escritura e os demais contratos ou documentos relacionados à Emissão; (c) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação






das Debêntures, inclusive celebrando o contrato de colocação; (d) contratar a agência de classificação de risco (rating): Standard & Poors, bem como o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos contratos, ajustando cláusulas, termos e condições. Ficam ratificados todos os atos relativos à Emissão que tenham sido praticados anteriormente à data desta reunião pela Diretoria, incluindo assinatura de toda e qualquer documentação correlata à Emissão, contratação de agências de classificação de risco (rating), contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das Debêntures, bem como contratação de agente fiduciário e banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários. Os membros do Conselho Fiscal presentes a esta reunião opinaram favoravelmente à Emissão, na forma prevista no artigo 163, § 3º da Lei 6.404/76. Por fim, com o objetivo de submeter os termos e as condições da Emissão ora aprovada também à apreciação dos Acionistas da Companhia, em cumprimento do disposto na alínea (f)(ii) do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, fica convocada Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia para o dia 15.8.2005, às 9:00 horas, conforme minuta de Edital de Convocação lido e aprovado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, a qual foi aprovada por todos os Conselheiros, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal, que então a assinaram. São Paulo, 21 de julho de 2005. (aa) Deise Martins da Silva (Secretária); José María Montero Oliden (Presidente), Gonzalo Múgica Ariño, Pedro Larrea Angulo, José Joaquín Salazar Paternain, Asier Guezuraga Ugalde, Caio Marcelo de Medeiros Melo, Paulo Sérgio Moreira Fonseca, Ademir José Scarpin, Orlando Veloci e Taiki Hirashima.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de reuniões do Conselho de Administração de **AÇOS VILLARES S.A.**


Deise Martins da Silva
Secretária

Visto: 
Fernanda de Almeida Brito
OAB/SP nº 180.571

